

É HORA DE LUTAR, LUTAR DE VERDADE!

Irineu Dourado Oliveira¹

"A ilusão eleitoral leva o povo à inércia, ao adormecimento, esperando que alguém lute por ele. No fundo, é uma escola de conformismo social, em que se confunde mobilização popular real, partindo dos próprios interessados em defenderem suas reivindicações, com arregimentação de povo em comício, em que alguém indicado fala por ele"
Maurício Tragtenberg (2009, p.52)

Das chamadas esquerdas (Bloco Progressista) à direita (Bloco Dominante), o discurso é o mesmo: esta eleição presidencial será a eleição mais importante de todos os tempos, não só por ser a atual, alertam as duas partes concorrentes. Pelo lado da esquerda, trata-se de combater o fascismo, que estaria sendo instalado no país pelo atual governo Bolsonaro, inclusive com o apoio de setores militares golpistas, enquanto que, pelo lado da direita, busca-se evitar a volta do comunismo caracterizado (pasmem) pelo retorno do PT ao governo. Desta forma, o embate se daria entre defender a democracia ou correr o risco de uma nova ditadura civil-militar. O que eles não dizem é que democracia e ditadura são formas utilizadas pelo Estado capitalista para manter o poder e os interesses fundamentais da burguesia dependendo de cada contexto histórico. Assim, crise controlada, dá-lhe democracia controlada e restrita também. Se a crise estiver fora do controle, dá-lhe ditadura aberta e violenta (o fascismo e o nazismo comprovam historicamente o argumento).

É nesse quadro que surgem palavras de ordem carregadas de puro conteúdo emocional e extremamente apelativo chegando às raias do terror psicológico, como por exemplo: "a pátria corre perigo" ou "a democracia brasileira está ferida de morte" e, ainda, o surrado mantra que não pode faltar a cada eleição: "é tempo de ideias novas e de um novo jeito de fazer política". Mas, é também um tempo de promessas. Promessas e mais promessas! Esse é o carro chefe de todo período eleitoral. Vale prometer o que não dá para cumprir, vale chavões puramente emocionais baseados somente na psicologia barata da autoajuda ou do tão surrado "pensamento positivo" em tempos de crises política, social e econômica agudas. Vale transformar os candidatos lobos em pele

¹ Militante do Movimento Autogestionário – Núcleo de São Paulo.

de cordeiro. Vale conchavos, vale acordos e alianças entre as cúpulas partidárias, por meio de seus chefes mais conhecidos e poderosos, vale o troca-troca de partidos pelos políticos, no sentido de acomodar melhor os seus interesses pessoais e de seu grupo político a cada eleição. Vale também aproximações de velhos adversários e distanciamentos de antigos aliados, que forçados pela atual situação, dizem podres, cobras e lagartos, uns dos outros (a verdade na maioria dos casos). Tudo isso, afirmam eles, é por um bem maior, ou seja, por aquilo que eles chamam de povo.

Nesse contexto, vale mesmo quase tudo, ou seja, só não vale dizer a verdade para aqueles que são os seus alvos principais na busca do voto - o povo, os trabalhadores, assim dizem eles de forma cínica e hipócrita - pois tempo de eleições parlamentares é tempo de promessas e aparências sem nenhum compromisso com a verdade e essências.

É o velho jogo manjado e praticado pelas ditas oposições. Mas que oposição?

Alguma das partes questiona o modo de produção capitalista e luta, de verdade, para aboli-lo, abrindo o caminho para a construção de uma nova sociedade radicalmente diferente da sociedade capitalista? Não, é apenas a oposição de um governo ao outro. É a oposição dos partidos entre si para ver quem vai administrar o estado capitalista por mais quatro anos e assim poder manter o proletariado e demais classes inferiores determinadas pelo modo de produção capitalista. Buscam torná-los através de discursos, tarefa principal do marketing político em aliança com a grande mídia, de forma artificial, os autênticos porta-vozes, os representantes ou a vanguarda dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, etc.

Mas as promessas não são feitas de formas aleatórias. Pesquisas e mais pesquisas são feitas para abastecer, dar um direcionamento e mais sentido a elas. Se o desemprego for a maior preocupação da população do momento, prometem mais vagas de empregos, simples assim! O mesmo ocorre com a questão da saúde, prometendo mais hospitais e medicamentos para os mais pobres. Assim também com a questão da segurança: prometem mais polícia na rua para combater o crime. Alimentam a possibilidade da casa própria, de mais transporte ou outro fenômeno qualquer. Como não existe nenhuma lei que puna as promessas feitas e não cumpridas pelos políticos e partidos em época de campanhas eleitorais, é só, depois de eleitos, darem uma

justificativa qualquer e tocar a vida adiante, pois qualquer problema que venha a surgir, a polícia, aparato judiciário etc. estarão sempre à disposição para manter a ordem. Assim, podemos perceber claramente que o voto só pertence ao eleitor enquanto não for depositado na urna. Depois de depositado e computado passa a ser propriedade exclusiva do candidato eleito ou do seu respectivo partido.

Então, para o eleitor, só resta pronunciar o ditado: "Agora, Inês é morta"!

Como numa tragédia anunciada para o conjunto das classes inferiores (proletariado, lumpemproletariado, camponeses, subalternos, trabalhadores do comércio e serviços, trabalhadores domésticos etc.), a cada dois anos as eleições parlamentares entram na agenda política do país. Entra também em cena todos os recursos imagináveis e inimagináveis que a classe dominante e seus aliados têm a seu dispor para manter o *status quo*. Dessa forma, o capital comunicacional, ao investir na internet, TVs, rádios, cinema, jornais, revistas, etc., busca de todas as formas convencer a população em geral de que qualquer mudança na sociedade, por mínima que seja, passa necessariamente pelas eleições parlamentares, impedindo outras perspectivas e formas de ação.

Fenômenos sociais gravíssimos que não podem ser resolvidos no atual modo de produção capitalista, sobretudo em países de capitalismo subordinados (subdesenvolvidos) como por exemplo a fome, o desemprego, a falta de moradia, a precariedade na saúde, a violência contra as classes inferiores da sociedade, pelo próprio Estado, e tantas outras questões importantes que poderiam satisfazer as necessidades humanas autênticas, passam a ser discutidas artificialmente e de forma mercantilizada e burocrática pelos diversos partidos políticos que são financiados por grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais para garantir que seus interesses possam fazer valer nos novos parlamentos e governos eleitos. Toda essa disputa pelo poder vai se tornando cada vez mais visível para a própria sociedade, num jogo pesado, corrupto, violento, sem regras e muito menos limites. Surge, então, a contraindicação, para alguns dos envolvidos, de caráter fatal!

Exagero?

Em outubro de 2020, o portal G1 publicou matéria onde apontava 327 casos de violência contra candidatos entre 2016 e 2020. Aqui um pequeno trecho da matéria:

Em 91% dos assassinatos e atentados, os alvos são candidatos a vereador ou a prefeito e eleitos. São homens matando homens, numa lógica de disputa e acesso ao poder", diz a pesquisadora. "Conflitos territoriais, conflitos relacionados a atuação ilícita por parte de agentes municipais, portanto, corrupção, conflitos na própria gestão das campanhas eleitorais, dívidas de campanha que, depois, são resolvidas de forma violenta, conflitos político-partidários, esse fenômeno de polarização, que gera a solução pela violência, a divergência partidária é resolvida pela violência (G1, 2020).

Da mesma forma, Pires (2020) afirma, em matéria postada no El País, em novembro de 2020, a soma de 82 assassinatos entre candidatos e militantes, somente nas eleições municipais em 2020 pelo país:

"Segundo estado com mais mortes (oito), o Rio de Janeiro experimenta um acirramento das disputas eleitorais em áreas controladas por milícias, especialmente na Baixada Fluminense, onde nove políticos foram assassinados em 2016, ano da última eleição municipal. Nos casos recentes, a polícia investiga possíveis relações das vítimas com grupos paramilitares" (PIRES, 2020).

Não é o objetivo aqui, ao reproduzir as matérias acima, aprofundar na relação entre as eleições parlamentares e o crime organizado em geral (narcotráfico, milicianos, policiais corruptos, etc.) e nem discorrer sobre as várias determinações, de forma aprofundada, sobre o aumento da violência entre os partidos e seus respectivos candidatos nos períodos eleitorais, mas seria muita ingenuidade não acreditar que uma das principais motivações, se não a principal, é exatamente a conquista de espaços cada vez maiores na estrutura burocrática e mercantil do Estado capitalista. Dessa forma, o objetivo é mostrar exatamente como todo o processo que envolve as eleições parlamentares é violento, corrupto, viciado e não tem interesse algum em resolver os problemas mais candentes dos mais necessitados como querem fazer acreditar. O processo visa apenas satisfazer os interesses dos partidos e dos políticos envolvidos nas disputas. É importante frisar também que esses números citados acima, por mais trágicos que sejam, são infinitamente irrisórios quanto ao número das vítimas decorrentes das políticas econômicas e sociais elaboradas, aprovadas e colocadas em prática por esses partidos quando chegam aos governos, seja pelas chamadas direitas - de forma mais agressiva e aberta - ou pelas chamadas esquerdas, de forma dissimulada, escamoteada e em conta-gotas.

Diante dessa crítica totalizante, mesmo que sintética, a todo o processo eleitoral que inclui não só a recusa dos partidos políticos, mas a recusa do próprio Estado, da corrupção, dos políticos profissionais, das ideologias de representação e de vanguarda etc., é preciso refletir sobre qual o papel do Bloco Revolucionário diante desse contexto praticamente intransponível onde se expressa a polarização, cada dia mais evidente, entre o Bloco Dominante e o Bloco Progressista como única alternativa aos trabalhadores na perspectiva da construção de uma sociedade radicalmente diferente da existente.

Mesmo diante da fragilidade e ambiguidade de setores do Bloco Revolucionário (notadamente alguns indivíduos anarquistas e autonomistas) que se deixa levar pela pauta eleitoral ficando assim a reboque do reformismo e do vanguardismo dos partidos que compõem o bloco progressista, capitulando à falsa dicotomia entre democracia ou ditadura, ou ainda eleições ou golpe, é preciso manter a postura crítica radical e desapiedada do existente, recusando de forma firme e sem vacilo o jogo da burguesia (classe dominante) e da burocracia (classe auxiliar da burguesia) em manter o proletariado e demais classes inferiores sob sua hegemonia, cuja expressão é a manipulação, exploração, e repressão cada vez mais bárbara.

Por conseguinte, ao recusar conscientemente o jogo entre o bloco dominante e o bloco progressista, compreendendo que as eleições parlamentares são parte de um processo maior e que, portanto, é na verdade estratégias burguesas e burocráticas que buscam reproduzir o modo de produção capitalista, a mentalidade e a sociabilidade burguesa, é fundamental que o bloco revolucionário (militantes autogestionários, anarquistas, autonomistas, intelectuais engajados etc.), mesmo com suas fragilidades, ambiguidades e do contexto extremamente difícil da luta atual contra o capitalismo, reflita sobre estratégias revolucionárias que contribuam concretamente para criar, desenvolver e reforçar formas de luta na perspectiva da auto-organização e a autonomização do proletariado rumo à autogestão social.

Portanto, "em outras palavras, a estratégia revolucionária, por conseguinte, é a reflexão sobre os meios e fins necessários, bem como sobre sua unidade, para a concretização da revolução social, ou seja, da autogestão social que ela materializa" (VIANA, 2019, p.11). Desta forma, é necessário que o bloco revolucionário não veja nos

problemas e nas dificuldades apenas os problemas e as dificuldades, mas aponte para a perspectiva de um outro futuro social negando e desmascarando a sociedade hoje existente e a sua "aura" de fim da história. A tarefa central que se impõe ao bloco revolucionário é de contribuir concretamente com a auto-organização e o desenvolvimento da consciência revolucionária do conjunto das classes inferiores, objetivando a destruição do atual modo de produção capitalista e instituição da autogestão social. Isto é, "[...] buscar acelerar esse processo revolucionário e, ao mesmo tempo, criar as condições necessárias que reforcem as posições do proletariado na luta política" (VIANA, 2019a, p. 35). Importante assim ressaltar que buscar reforçar as posições do proletariado no interior da sociedade capitalista, além de acelerar ao mesmo tempo o processo revolucionário, acaba por fortalecer também o próprio bloco revolucionário na medida que vai se alterando a correlação de forças no conjunto das classes inferiores na perspectiva da autogestão social. Porém, é necessário afirmar também que é preciso lutar de forma intensa, radical, sem trégua e sem vacilações contra todas as formas de ilusão que vão muito além das eleições parlamentares como, por exemplo, o paradigma subjetivista, as chamadas lutas identitárias que enfraquecem a luta do proletariado e, conseqüentemente, o próprio bloco revolucionário, ideologias como a de vanguardas (leninistas-bolchevistas) ou de representação de qualquer partido político, sindicato, ou de movimentos sociais que buscam a integração do proletariado ao estado capitalista, pois o que todas essas organizações tencionam, na verdade, é controlar, manipular e dominar o movimento operário e não desenvolvê-lo etc.

Nesse sentido é imprescindível travar uma luta cultural intensa e mais ampla possível contra a classe dominante e suas classes auxiliares. De acordo com Marques, "a luta cultural é a expressão da luta de classes na esfera da cultura" (MARQUES, 2019, p. 2). Esta é uma luta extremamente desigual, já que a classe dominante é detentora do conjunto dos meios de produção, divulgação e circulação cultural e artísticas (cinema, editoras, indústria musical, jornais, revistas, rádios, etc.) via capital comunicacional. Acrescente-se ainda uma enorme produção ideológica efetivada em diversas áreas acadêmicas pelos seus ideólogos (burocratas, intelectuais). Todas essas ações são muito bem articuladas pela classe dominante e tendo o próprio Estado como a principal instituição sob o seu domínio que busca legalizar, naturalizar e garantir a reprodução do

modo de produção capitalista que tem como maior contradição a luta inconciliável, de vida e de morte entre as duas classes fundamentais, ou seja, a burguesia e o proletariado. A primeira como a classe exploradora e a segunda como classe explorada. Assim, não é difícil constatar que toda a produção cultural que tem como perspectiva a libertação e a emancipação humana, a revolução social, ou seja, a autogestão social é marginalizada, combatida e tratada como algo inferior, sem sentido ou valor.

Portanto, é nesse quadro difícil, complexo e desfavorável, porém cheio de possibilidades e desafios, que o bloco revolucionário é chamado a atuar. Seja de forma individual ou coletiva, o bloco revolucionário deve buscar, de forma mais articulada e criativa possível, se contrapor a estratégia cultural burguesa por todos os meios possíveis. Por exemplo, através de reflexões teóricas, análises políticas críticas e profundas, poesias, músicas, postagens nas redes sociais, elaboração e divulgação em panfletos, cartazes, memes etc. Tão importante como fundamental é compreender que todas essas ações e atividades são apenas meios indissolúvelmente ligados ao objetivo final, ou seja, a luta pela emancipação humana através da transformação radical do conjunto das relações sociais existentes.

É necessário ainda, incluir na luta pela autogestão social ampla e generalizada, a afirmação por todos os meios possíveis que a determinação fundamental do modo de produção capitalista é a extração de mais-valor (trabalho não pago) sobre o proletariado efetuado pela burguesia. E é exatamente por conta dessa realidade que não basta tentar embelezar, humanizar ou reformar o capitalismo através de simples alternâncias de governos, reformas paliativas que, na verdade, não reformam nada, não adianta nem mesmo nacionalizar ou estatizar as instituições no interior da sociedade capitalista como afirmam os leninistas. Na verdade, falando em leninistas (integram o bloco progressista, a esquerda radicalizada), não é suficiente nem mesmo desapropriar a burguesia liberal como ficou provado historicamente no processo da contrarrevolução russa, efetuada pelo partido comunista russo a partir do golpe insurrecional de outubro de 1917. O que eles fizeram foi apenas substituir o capitalismo liberal pelo surgimento do capitalismo de estado mantendo intocado o mesmo processo de exploração e dominação sobre o proletariado, ou seja, o domínio do trabalho morto (burocracia estatal convertida em

classe apropriadora de mais-valor) sobre o trabalho vivo (trabalho produtivo da classe operária).

Por fim, lutar de verdade não é delegar para outros que façam por nós o que nós mesmo temos condições e dever de fazer.

AUTOGESTÃO SOCIAL OU BARBÁRIE!!!

Referências

G1. **Estudo Aponta 327 Casos de Violência Contra Candidatos Entre 2016 e 2020.** 2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/noticia/2020/10/25/estudo-aponta-327-casos-de-violencia-contr-candidatos-entre-2016-e-2020.ghtml>. Acesso em: 19 maio 2022.

MAIA, Lucas. (Org.) **Qual o Sentido do Voto Nulo?** Reflexões críticas sobre a democracia e as eleições. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARQUES, Edmilson. Luta Cultural e Estratégia Revolucionária. **Revista Enfrentamento.** Goiânia: ano 14, N. 24. 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Petrópolis: Vozes, 1988

PIRES, Breiller. **Escalada de Violência Política nas Eleições Municipais já Soma 82 Candidatos ou Militantes Assassinados.** Brasil. El País, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-09/escalada-de-violencia-politica-nas-eleicoes-municipais-ja-soma-82-candidatos-ou-militantes-assassinados.html>. Acesso em: 19 maio 2022.

TRAGTENBERG, Maurício. **A Falência da Política.** São Paulo: Unesp, 2009.

VIANA, Nildo. **O Que São Partidos Políticos?** Brasília: Kiron, 2013.

VIANA, Nildo. **A Questão da Organização Revolucionária.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2014.

VIANA, Nildo. **Blocos Sociais e Estratégia de Classe.** Revista Enfrentamento. Goiânia: ano 14, N. 24. 2019.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2019a.